

Quarta-Feira, 21 de Outubro de 2026

Vice-prefeito de Peixoto de Azevedo é denunciado por renda de R\$ 92 mil e pagamentos a familiares

Médico José Agnaldo Paranhos Souto é investigado por possível acúmulo de cargos remunerados e contratações irregulares de parentes.

Investigação apura possíveis conflitos de interesse envolvendo o vice-prefeito de Peixoto de Azevedo

Uma representação encaminhada ao Ministério Público de Mato Grosso coloca sob suspeita as práticas financeiras do vice-prefeito de Peixoto de Azevedo, o médico José Agnaldo Paranhos Souto, filiado ao PRD. A denúncia, protocolada na última sexta-feira, questiona o acúmulo simultâneo de funções remuneradas, além de investigar a contratação de familiares por entidades ligadas à administração municipal.

Conforme a documentação apresentada, a renda mensal atribuída ao médico através do mandato eletivo e de atividades profissionais alcançava aproximadamente R\$ 82 mil, atingindo R\$ 92 mil a partir de janeiro de 2026, após aumentos implementados. A compatibilidade entre essas atividades simultâneas ainda demanda verificação formal.

Pagamentos realizados através de empresa familiar

A investigação detalha nove notas fiscais emitidas entre agosto e dezembro de 2025, totalizando R\$ 109.666,68 em serviços médicos. Embora o atendimento tenha sido prestado por José Agnaldo, os repasses financeiros ocorreram através da empresa Luana Todeskatto Eller Ltda., constituída por sua esposa.

Conforme documentação anexada, o médico justificou essa intermediação alegando dificuldades vinculadas à sua pessoa jurídica. Os representantes solicitam que o Ministério Público examine esses impedimentos e verifique a legalidade dos repasses realizados dessa forma.

Beneficiários entre familiares próximos

A denúncia também identifica outros membros da família como receptores de pagamentos. A empresa da cônjuge acumularia R\$ 56.375 em três meses, incluindo um valor isolado de R\$ 16.375 referente a setembro de 2026. Uma irmã do vice-prefeito consta como possível beneficiária de R\$ 7 mil em agosto de 2026, discriminados como serviços farmacêuticos e responsabilidade técnica. Um cunhado teria recebido R\$ 16.250 identificado como segundo médico da Unidade de Pronto Atendimento, sem especificar quantidade de plantões executados.

Investigação de múltiplas jornadas profissionais

A representação visa esclarecer possíveis vínculos simultâneos do médico com o Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, a Secretaria Municipal de Saúde e o Serviço de Atendimento Especializado. Os autores solicitam o cruzamento de escalas, registros de ponto, prontuários e compromissos para verificar se as jornadas eram compatíveis.

Gestão de contrato sob determinação judicial

Destaca-se que José Agnaldo assumiu, em maio de 2026, a administração do contrato municipal com a Associação Filantrópica de Saúde Santa Maria por imposição judicial. A denúncia questiona se ele exercia influência nas decisões de pagamento relativos aos seus próprios serviços e aos de integrantes de sua família durante esse período.

Medidas solicitadas e contexto de irregularidades

O Ministério Público foi acionado para obter contratos, fichas funcionais, comprovantes de pagamento e auditoria das jornadas realizadas. A solicitação inclui preservação de registros eletrônicos e depoimentos dos envolvidos.

Essa investigação emerge em contexto de outra ação contra a gestão da saúde municipal. O Tribunal de Justiça manteve recentemente o bloqueio de bens do prefeito Nilmar Nunes de Miranda no valor de R\$ 1,55 milhão e seu afastamento de funções ligadas à saúde, em razão de suspeitas em contratações na Unidade de Pronto Atendimento 24 horas.